



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)

**PEC 45/2019**  
**00765**

SF/23074.46135-19

**EMENDA Nº DE 2023 - CCJ**

**(À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2019)**

Dê-se a seguinte redação ao art. 156-B da Constituição Federal, conforme art. 1º do substitutivo do relator à PEC 45/2019:

**“Art. 156-B.** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão de forma integrada, exclusivamente por meio do Conselho Federativo do Imposto sobre Bens e Serviços, nos termos e nos limites estabelecidos nesta Constituição, as seguintes competências administrativas relativas ao imposto de que trata o art. 156-A:

I – **editar o regulamento e demais** normas infralegais sobre temas relacionados ao imposto, de observância obrigatória por todos os entes que o integram;

.....  
§ 2º .....

.....  
V - o Conselho Federativo **orientará** a atuação **concorrente e coordenada** dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na fiscalização, no lançamento, na cobrança e na representação administrativa ou judicial, nas matérias relativas ao imposto;

.....  
§ 9º O regulamento poderá prever os regimes diferenciados de tributação de que trata este artigo, desde que sejam uniformes em todo o território nacional.

§ 10. O regulamento definirá as operações com bens ou serviços sobre as quais as alíquotas do imposto serão reduzidas em 60% (sessenta por cento), referentes a:

I – serviços de educação;

II – serviços de saúde;

III – dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência;

IV – medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual;

V – serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário, ferroviário e hidroviário, de caráter urbano, semiurbano, metropolitano, intermunicipal e interestadual;

VI – produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura;

VII – insumos agropecuários e aquícolas, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal;

VIII – produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais e atividades desportivas; e

IX – bens e serviços relacionados a segurança e soberania nacional, segurança da informação e segurança cibernética.





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)

SF/23074.46135-19

§ 11. É vedada a fixação de percentual de redução distinto do previsto no § 10 em relação às hipóteses nele previstas.

§ 12. O regulamento definirá as hipóteses em que será concedida:

I – isenção, em relação aos serviços de que trata o § 10, V;

II – redução em 100% (cem por cento) das alíquotas dos tributos referidos no caput para:

a) bens de que trata o § 10, III e IV; e

b) produtos hortícolas, frutas e ovos, de que trata o art. 28, III, da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, com a redação vigente em 31 de maio de 2023;

III - isenção ou redução em até 100% (cem por cento) das alíquotas do imposto para atividades de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e de reconversão urbanística.

§ 13. O produtor rural pessoa física ou jurídica que obtiver receita anual inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e o produtor integrado de que trata o art. 2º, II, da Lei nº 13.288, de 16 de maio de 2016, com a redação vigente em 31 de maio de 2023, poderão optar por ser contribuintes dos tributos de que trata o caput.

§ 14. Nos termos do regulamento, é autorizada a concessão de crédito ao contribuinte adquirente de:

I - bens e serviços de produtor rural pessoa física ou jurídica que não opte por ser contribuinte, na hipótese de que trata o § 13;

II – serviços de transportador autônomo pessoa física que não seja contribuinte do imposto;

III – resíduos e demais materiais destinados a reciclagem, a reutilização ou a logística reversa, de pessoa física, de cooperativa ou de outra forma de organização popular.

§ 15. O regulamento poderá prever a concessão de crédito ao contribuinte que adquira bens móveis usados de pessoa física não contribuinte para revenda, desde que esta seja tributada e o crédito seja vinculado ao respectivo bem, vedado o ressarcimento.

§ 16. O imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal não incidirá sobre os bens ou serviços cujas alíquotas sejam reduzidas nos termos do § 10.” (NR)

Dê-se a seguinte redação ao art. 9º do substitutivo do relator à PEC 45/2019:

“**Art. 9º** A lei complementar que instituir a contribuição de que trata o art. 195, V, da Constituição Federal, poderá prever os regimes diferenciados de tributação de que trata este artigo, desde que sejam uniformes em todo o território nacional e sejam realizados os respectivos ajustes na alíquota de referência com vistas a reequilibrar a arrecadação correspondente.





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)

SF/23074.46135-19

§ 1º Lei complementar definirá as operações com bens ou serviços sobre as quais as alíquotas da contribuição de que trata o caput serão reduzidas em 60% (sessenta por cento), referentes a:

§ 4º O produtor rural pessoa física ou jurídica que obtiver receita anual inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e o produtor integrado de que trata o art. 2º, II, da Lei nº 13.288, de 16 de maio de 2016, com a redação vigente em 31 de maio de 2023, poderão optar por ser contribuintes da contribuição de que trata o caput.

§ 5º .....

I – o Poder Executivo da União poderá revisar, anualmente, de acordo com critérios estabelecidos em lei complementar, o valor do crédito presumido concedido, não se aplicando o disposto no art. 150, I, da Constituição Federal; e

§ 8º O imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal não incidirá sobre os bens ou serviços cujas alíquotas sejam reduzidas nos termos do § 1º.” (NR)

Suprima-se do substitutivo do relator à PEC 45-2019, os seguintes dispositivos:

- a) o art. 149-B;
- b) o § 8º do art. 9º; e
- c) o art. 11.

### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda sugerida pela Comsefaz busca preservar a autonomia dos entes subnacionais, primeiramente, suprimindo o art. 149-B, o qual prevê uma submissão involuntária (“espelhamento”) do IBS ao regramento da CBS, que terá eficácia plena a partir de 2027, enquanto o IBS somente a partir de 2033. Como consequência, deve-se não apenas alterar o *caput* do art. 9º, como suprimir o § 8º desse mesmo artigo, o qual prevê que os benefícios especiais – *tais como alíquota reduzida* – serão concedidos observando-se a regra de que tanto o IBS quanto a CBS terão as mesmas imunidades (art. 149-B, II).

A autonomia dos entes subnacionais também exige que se retire a possibilidade de delegação de competência para a atividade fiscalizatória e de defesa administrativa e judicial, por meio da alteração no inciso V do *caput* do art. 156-B da Constituição Federal, que se refere ao Conselho Federativo.





## **SENADO FEDERAL**

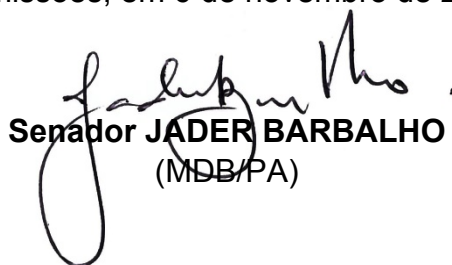
**Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

SF/23074.46135-19

Na mesma linha, mantendo a coerência com a autonomia dos entes, acrescentam-se os §§ 9º a 16 ao art. 156-B, para prever que caberá ao Conselho Federativo a definição dos critérios objetivos dos regimes diferenciados de tributação especificados na Constituição, em especial em relação aos **i)** bens e serviços que terão alíquota reduzida em 60%; **ii)** aos aspectos relacionados aos produtores rurais; e **iii)** ao crédito ao adquirente de serviços de transportador autônomo pessoa física que não seja contribuinte do imposto, de produtor rural que opte por não ser contribuinte e de resíduos e demais materiais destinados a reciclagem.

Por fim, é necessário suprimir o art. 11, para proteger a base de incidência do IBS, evitando resquícios de incidência das contribuições PIS/COFINS.

Sala das Comissões, em 6 de novembro de 2023.

  
**Senador JADER BARBALHO**  
(MDB/PA)

